

NARRAR ENTRE NÓS COMO MÉTODO: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA CONHECER HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO E IMIGRANTES

*NARRATING AMONG US AS A METHOD: A POSSIBLE WAY TO KNOW THE LIFE
STORIES OF REFUGEE AND IMMIGRANT WOMEN*

*NARRAR ENTRE NOSOTRAS COMO MÉTODO: UN CAMINO POSIBLE PARA
CONOCER LAS HISTORIAS DE VIDA DE MUJERES EN SITUACIÓN DE REFUGIO
Y INMIGRANTES*

*Original recebido em: 30 de setembro de 2025
Aceito para publicação em: 25 de março de 2026
Publicado em: 09 de abril de 2026*

Carolina Klautau
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo situar o ato de narrar entre nós como uma metodologia para conhecer as histórias de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes, entender suas necessidades e, assim, contribuir para a melhor integração sociocultural do grupo. O método foi vivenciado durante uma oficina de estamparia promovida pelo Projeto Cerzindo em novembro de 2022 – localizado no bairro da Barra Funda, em São Paulo – e a produção simbólica resultante desse momento, a partir de uma participante boliviana, está compartilhada neste estudo. Em meio ao relato das histórias de vida, emergem como necessidades a busca por trabalho para a conquista da independência financeira; o aprimoramento do idioma; o combate à discriminação contra imigrantes; a busca pela vivência multicultural; e o conhecimento da cidade de acolhida como exercício de cidadania. O referencial teórico desta pesquisa é inspirado pelas obras de Cremilda Medina, Emma Haddad, Hannah Arendt, Elizabeth Jelin, Heloisa Buarque de Hollanda e Michael Pollak.

Palavras-chave: Comunicação; Narrar entre nós; Refúgio e Imigração; Teorias Feministas; Histórias de vida.

ABSTRACT

This work aims to position the act of narrating among us as a method for understanding the life stories of refugee and immigrant women, identifying their needs and thus contributing to better sociocultural integration within the group. The method was applied during a textile printing workshop held by the Projeto Cerzindo in November 2022, located in the Barra Funda neighborhood of São Paulo, and the symbolic production resulting from that moment, from the perspective of a Bolivian participant, is shared in this study. The needs that emerged

were: the search for employment as a means to achieve financial independence; improvement in language skills; combating discrimination against immigrants; the pursuit of multicultural experiences; and gaining knowledge of the host city as a practice of citizenship. The theoretical framework of this research is inspired by the works of Cremilda Medina, Emma Haddad, Hannah Arendt, Elizabeth Jelin, Heloisa Buarque de Hollanda, and Michael Pollak.

Keywords: Communication; Narrating Among Us; Refuge and Immigration; Feminist Theories; Life Stories

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo situar el acto de narrar entre nosotras como una metodología para conocer las historias de vida de mujeres en situación de refugio e inmigrantes, comprender sus necesidades y, así, contribuir a una mejor integración sociocultural del grupo. El método fue experimentado durante un taller de estampado promovido por el Proyecto Cerzindo en noviembre de 2022 — ubicado en el barrio de Barra Funda, en São Paulo —, y la producción simbólica resultante de ese momento, desde la mirada de una participante boliviana, se comparte en este estudio. En medio del relato de las historias de vida, emergen como necesidades: la búsqueda de trabajo para alcanzar la independencia financiera; el aprendizaje del idioma; el combate a la discriminación contra personas inmigrantes; la búsqueda de una experiencia multicultural; y el conocimiento de la ciudad de acogida como ejercicio de ciudadanía. El marco teórico de esta investigación se inspira en las obras de Cremilda Medina, Emma Haddad, Hannah Arendt, Elizabeth Jelin, Heloisa Buarque de Hollanda y Michael Pollak.

Palavras-chave: Comunicação; Narrar entre nosotras; Refugio e Imigração; Teorias Feministas; Histórias de Vida.

1. INTRODUÇÃO

123 milhões de pessoas. Uma a cada 67 pessoas ao redor do planeta. Essa é a quantidade indivíduos que precisaram deixar suas casas por conta de perseguições por motivos políticos, étnicos, de gênero, orientação sexual, ameaças físicas e demais tipos de violações dos direitos humanos. Os dados são do relatório “Global Trends”, publicado pelo Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR, 2024) no final de 2024 – e é preciso levar em consideração que o número não pode ser considerado um retrato fiel do fenômeno, dada a dificuldade de conhecer a situação de forma exata; há, por exemplo, o caso das pessoas indocumentadas, que não portam nenhum tipo de documentação pessoal, ao chegar a outro país.

Entre essas 123 milhões de pessoas, estão aquelas deslocadas internamente (que não cruzam uma fronteira internacional na busca por refúgio), solicitantes de asilo, refugiadas e as que estão atrás de outro tipo de proteção por instituições internacionais. Atualmente, as

populações da Venezuela, Síria e Afeganistão são as mais impactadas pelo fenômeno do refúgio. Por outro lado, os países que mais acolhem quem precisou deixar suas casas à força são Irã, Turquia e Colômbia (ACNUR, 2024) – países esses que, certamente, não são os que aparecem nas páginas dos jornais e revistas, nas ondas sonoras do rádio, na tela da televisão e dos portais de notícias quando o assunto é o acolhimento à população refugiada; esse destaque fica para a eterna crise migratória entre Estados Unidos e México e para a União Europeia.

Das 123 milhões de pessoas em situação de refúgio ao redor do mundo, pouco mais de 454 mil, de 175 nacionalidades, pediram ao Brasil a solicitação de reconhecimento da condição de refugiadas desde 2015, segundo o relatório “Refúgio em Números” organizado pelo Observatório das Migrações Internacionais em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Só em 2024, para se ter uma ideia, foram mais de 68 mil solicitações de reconhecimento da condição (Junger da Silva; Cavalcanti; De Oliveira, 2025). Por aqui, a maioria das pessoas refugiadas é da Venezuela (266 mil pessoas), de Cuba (52.488) e do Haiti (37.283) (Junger da Silva; Cavalcanti; De Oliveira, 2025).

O relatório mais recente sobre o perfil da população refugiada no Brasil foi elaborado em 2019 pelo ACNUR e mostra que 57% do grupo vivem em São Paulo; 22% são mulheres; 88% possuem entre 18 e 49 anos; 49% do grupo é composto por pessoas solteiras; 46% se consideram negras e negros; 34% concluíram o Ensino Médio; e que mais de 70% das pessoas em situação de refúgio não participam de nenhuma iniciativa de integração sociocultural ao país de acolhida (ACNUR, 2019). É, sobretudo, esse número que orienta o objetivo desta pesquisa de situar a metodologia do narrar entre nós como uma forma de conhecer as histórias de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes e, assim, pensar em estratégias mais adequadas e efetivas de integração sociocultural. Mas por que mulheres?

Teresa Lisboa (2006) considera que os estudos sobre refúgio e imigração costumam invisibilizar o grupo feminino, que ainda é pensado em relação aos homens. O recorte de gênero é fundamental para olhar o processo de refúgio e imigração porque até os motivos que levam homens e mulheres a deixarem suas casas são diferentes, como a fuga de um sistema patriarcal, de casamentos forçados e de mutilação genital, por exemplo.

Dessa forma, para entender se a metodologia de narrar entre nós pode ser uma forma de conhecer as histórias de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes e, a partir disso, pensar em melhores estratégias de integração dos grupos ao Brasil, houve a participação em uma oficina de estampa oferecida pelo projeto Cerzindo em que, inicialmente, duas mulheres bolivianas, Claudia e Olga, estavam matriculadas. Olga concluiu

o curso e Claudia participou de apenas uma aula, mas como o envolvimento com a turma já havia começado, a decisão foi de continuar acompanhando a oficina. Isso significa que os resultados apresentados dizem respeito à perspectiva de Olga sobre o processo de deslocamento. Durante os dias de aula, que ocorreram em novembro de 2022, enquanto ela aprendia a arte da estamperia, conversávamos sobre os temas que fossem caros a ela e sobre aqueles que surgissem ao longo das tardes entre stencils, tintas e estampas.

O projeto *Cerzindo* oferece a pessoas refugiadas, imigrantes e brasileiros em situação de vulnerabilidade social, oficinas nas áreas têxtil e de empreendedorismo. O projeto também promove iniciativas de geração de renda, aulas de português, informática e instruções para emissão de documentação para quem vem de outro país. Tudo ocorre no bairro da Barra Funda, em São Paulo, no Centro de Integração e Cidadania do Imigrante. A iniciativa é uma resposta da comunidade judaica à acolhida de praticantes da religião ao Brasil no contexto da II Guerra Mundial. Até hoje, mais de 800 pessoas já passaram pelas atividades oferecidas pelo projeto.

Como metodologia, praticamos o ato de narrar entre nós, uma combinação dos métodos da Roda de Conversas e das Histórias de Vida. O método de narrar entre nós quer “mostrar al mundo algo que estava oculto, hacer visible lo invisible y silenciado por el poder, al mismo tiempo que servir como medio para concientizar y tomar conciencia de las condiciones de explotación”¹, como afirma Gugelberger (1996), citado por Elizabeth Jelin (2002, p. 89). No lugar de falar de números sobre imigração e refúgio, busca-se dar nomes e rostos; no lugar de trabalhar apenas dados demográficos, buscam-se as histórias de vida.

A resposta à pergunta que guia esta pesquisa – pode a metodologia de narrar entre nós ser uma forma de conhecer as histórias de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes e, assim, propor estratégias mais apropriadas de integração sociocultural ao país de acolhida? – é encontrada por meio do passeio por alguns temas, como os processos de refúgio e imigração, teorias feministas decoloniais, a própria metodologia de narrar entre nós, além de apresentar o “resultado” das oficinas de estamperia por meio de uma reportagem (Osório Vargas, 2003). Para isso, dialoga-se com as obras e pensamentos de Cremilda Medina, Emma Haddad, Hannah Arendt, Elizabeth Jelin, Heloisa Buarque de Hollanda e Michael Pollak.

As oficinas de narrar entre nós revelam que as principais necessidades do grupo são a busca por trabalho para a conquista da independência financeira; o aprimoramento do idioma;

¹ “Mostrar ao mundo algo que estava oculto, fazer visível o invisível e silenciado pelo poder, ao mesmo tempo em que servir como meio para conscientizar e tomar consciência das condições de exploração” Gugelberger (199) apud Jelin (2002, p. 89, tradução livre da autora).

o combate à discriminação contra imigrantes; a busca pela vivência multicultural; e o conhecimento da cidade de acolhida como exercício de cidadania.

Elementos Emergentes	Descrição e Objetivos
Autonomia Financeira	Busca por inserção no mercado de trabalho visando à independência econômica.
Competência Linguística	Necessidade de aprimoramento do idioma local para facilitar a comunicação e integração.
Enfrentamento Social	Combate direto à discriminação e ao preconceito direcionado a imigrantes.
Interação Cultural	Valorização da vivência multicultural como forma de enriquecimento pessoal e social.
Apropriação Urbana	Conhecimento do território e da cidade de acolhida como exercício prático de cidadania.

Quadro 1 – Necessidades emergentes das oficinas de narrar entre nós. *Fonte: elaborado pela autora (2026)*

2. O FENÔMENO DO DESLOCAMENTO

Apesar de a história da migração poder ser confundida com a história da humanidade, quando o assunto é o fenômeno do refúgio, o marco temporal oficial começa no pós Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1951, quando o Estatuto dos Refugiados foi criado pela Convenção das Nações Unidas. Foi nessa ocasião em que foi delimitado o que faz alguém ser considerado uma pessoa refugiada. O documento diz que um(a) refugiado(a) é alguém que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele (ACNUR, 1951, online).²

Mesmo constituindo um avanço na temática dos deslocamentos, a Convenção de 1951 estava preocupada com certo “tipo” de pessoas refugiadas: aquelas vindas da Europa e as que estavam fugindo do regime socialista – tendo em vista que o documento é assinado num contexto de pós Segunda Guerra Mundial e num período em que o mundo dividia-se em dois sistemas produtivos econômicos. Mesmo assim, segundo Emma Haddad (2008, p. 79, tradução livre da autora), “a Carta Magna para pessoas refugiadas marcou ‘um novo nível de moralidade mundial’”, sendo considerado o documento “mais compreensivo sobre os direitos de pessoas refugiadas, além de incluir um extenso código internacional de ética” para o grupo.³

² Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/> >. Acesso em: 30 set. 2025.

³ No original: “This instrument marked ‘a new level of world morality’, comprising ‘the most comprehensive charter’ regarding refugee rights and an extensive international code of ethics for refugees. Building on earlier Conventions, it covered an unprecedentedly large number of categories of refugees and established a broad base of minimal rights for such individuals”.

Foi em 1967 que ocorre outro marco no tema do refúgio: a palavra “perseguição” foi associada ao fenômeno e ele passa a ser visto para além do continente europeu. Dessa forma, pessoas de todo o mundo, vítimas de vários tipos de perseguição, poderiam ser consideradas refugiadas e fazer valer seus direitos como tal – pelo menos em teoria.

Só que o processo de descolonização de diversos países africanos fez aumentar o fluxo de pessoas solicitando o status de refugiadas no continente europeu. Nesse momento, a população das colônias descobriu que “identidades refugiadas que não se enquadravam na imagem de ‘vítimas da Guerra Fria’ não figuravam na agenda internacional” (Haddad, 2008, p. 149, tradução livre da autora).⁴ Nascia aí o “mito da diferença”:

A natureza e a característica do fluxo de refugiadas no Terceiro Mundo foram representadas como radicalmente diferentes do fluxo de refugiadas na Europa desde o final da Primeira Guerra Mundial. Deste modo, uma ideia de uma pessoa “normal” refugiada foi construída – branco, homem e anti-comunista – e se chocou fortemente com os indivíduos fugindo do Terceiro Mundo (Haddad, 2008, p. 166-167, tradução livre da autora).⁵

Alguém que teve o status de refugiado(a) reconhecido tem deveres a cumprir no país de acolhida e pode reivindicar seus direitos. No Brasil, por exemplo, o grupo possui os mesmos direitos que a população brasileira: têm direito à educação, saúde, alimentação, moradia, transporte, segurança, assistência e previdência social, proteção à maternidade e respeito às especificidades culturais sem discriminação por conta da nacionalidade ou pela condição de imigrante.⁶

A partir do momento em que pessoas refugiadas cruzam uma fronteira internacional, elas estão sob a custódia da sociedade internacional e a sua proteção está relacionada ao endosso, apoio financeiro e aos processos individuais dos Estados soberanos (Haddad, 2008). Vale ressaltar que uma das principais diferenças entre uma pessoa refugiada e uma imigrante é que esta última tem a possibilidade de escolher o deslocamento, enquanto aquela vê no cruzamento de uma fronteira internacional a possibilidade de sobrevivência de uma situação de perseguição – ou seja, quando o mesmo Estado que deveria protegê-la não o faz.

⁴ No original: “Indeed, refugee identities that did not fit with the ‘Cold War victim’ image did not feature on the international agenda. Huge refugee movements were starting to occur in the 1960s and 70s in developing countries, brought about by the struggle involved in the decolonisation process and the unrest often left behind once colonial rule was over”.

⁵ No original: “The nature and character of refugee flows in the Third World were represented as being radically different from refugee flows in Europe since the end of the First World War. Thereby, an image of a ‘normal’ refugee was constructed – white, male and anti-communist – which clashed sharply with individuals fleeing the Third World”.

⁶ Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/migrantes-refugiados-e-apatridas> >. Acesso em 30 set. 2025.

Se na esfera do Direito as questões relacionadas às pessoas refugiadas têm caminhado, um desafio que permanece é o da integração sociocultural.

A refugiada pode ser entendida como uma *insider* e uma *outsider*: expulsa do contrato Estado-cidadã e forçada a fugir, ela é excluída; ainda, conceitos sobre pertencimento e identidade dependem do reconhecimento da diferença entre aquelas que são diferentes, então ela é, ao mesmo tempo, parte do sistema e incluída nele. (...) Desde que o Estado tornou-se nacionalizado, refugiadas tornaram-se o ‘outro’ necessário para que cidadãs nacionais forjem sua identidade (Haddad, 2008, p. 47, tradução livre da autora)

Em *Nós, os refugiados*, Hannah Arendt (2013) considera que pessoas migrantes (termo que ela prefere em detrimento de “refugiadas”), para serem aceitas no país de acolhida, muitas vezes tentam mudar de identidade, após vivenciarem a dificuldade que é manter a própria integridade longe de casa. “Quanto menos livres somos para decidir quem somos ou para viver como gostamos, mais tentamos levantar uma fachada, para esconder factos e representar papéis” (Arendt, 2013, p. 14).

A questão da identidade também é abordada por Zygmunt Bauman (2017) que acredita que as pessoas refugiadas são vistas com desconfiança pela população autóctone, consideradas como imprevisíveis e, por isso, motivo de insegurança. “Os migrantes representam aquele fundo desejado que se situa mais abaixo ainda – abaixo do fundo a que os *misérables* nativos foram destinados e relegados; um fundo que pode tornar a sorte de uma pessoa um pouco menos que totalmente humilhante, insustentável e intolerável (Bauman, 2017, p. 18).

Pessoas refugiadas vivem em um “entre”: entre dois Estados, culturas, identidades, idiomas, legislações... É uma identidade em fluxo constante “sendo transformada e reinterpretada de acordo com as decisões tomadas sobre quem constitui o inimigo em um período específico” (Haddad, 2008, p. 14, tradução livre da autora).⁷ Mas, além do marcador social do refúgio, ainda há outros que entram no caldeirão de complexidades da identidade da pessoa em situação de refúgio, como etnia, nacionalidade, orientação sexual, idade e gênero. É neste último que a próxima parada é realizada.

3. OLHAR O SUL DESDE O SUL: TEORIAS FEMINISTAS DECOLONIAIS

⁷ No original: “The refugee’s identity is in constant flux, being transformed and reinterpreted according to decisions made about who constitutes the enemy at any one particular time. (...) As states ‘are constantly maintained, defended, attacked, reproduced, undermined, and relegitimised on a daily basis’, so the refugee as a concept is continually remade and reinterpreted”.

No que diz respeito ao fenômeno do refúgio, as mulheres “experenciam um duplo deslocamento – o físico, que as distancia de sua comunidade natal – e o simbólico que, muitas vezes, pode tornar-se violento” (Haddad, 2008, p. 40, tradução livre da autora).⁸ Até mesmo da perspectiva legal, os instrumentos internacionais falam de um “indivíduo” refugiado, o que, para Haddad (2008), é uma generalização de um processo que é único para cada pessoa, pois é atravessado por experiências que têm a ver com raça, gênero, classe, geografia, nacionalidade, entre outros fatores.

Ao levar em consideração aspectos interseccionais, as teorias feministas decoloniais podem ser uma forma de olhar para a diversidade de vivências experimentadas pelas mulheres na condição de refugiadas e como imigrantes.

As feministas decoloniais rejeitam a perspectiva de mulher enquanto categoria – ou seja, a mulher como uma unidade. Mulheres do Sul Global reivindicam um lugar de prestígio para epistemologias originárias, uma forma de pensamento que as represente em espaços acadêmicos, políticos e econômicos e que elas mesmas possam ser as protagonistas de suas histórias. Os feminismos do Sul Global querem tirar as mulheres da posição de vítimas, fazendo-as ocupar o lugar de ativistas por seus direitos, em uma postura ativa.

Yuderkys Miñoso (2020, p. 99) entende que há uma arena de disputa de sentidos na América Latina, “que acaba sendo resolvida com a imposição e a violência simbólica e material sobre aquela cujos corpos estão marcados por processos de racialização e contínua exploração, o que chamo de ‘a outra da outra’”. Dessa forma, ela reforça que mulheres brancas, racializadas, pobres, ricas, imigrantes e refugiadas não constituem uma única experiência de ser mulher no mundo e, por isso, há que se levar esses e outros recortes em consideração nas teorias que pretendem estudar o gênero.

As propostas decoloniais, em suas diferentes expressões, oferecem um pensamento crítico para entendermos a especificidade histórica e política de nossas sociedades. Partindo de paradigmas não dominantes que mostram a relação entre modernidade ocidental, colonialismo e capitalismo, elas questionam as narrativas da historiografia oficial e mostram como se configuram as hierarquias sociais (Curiel, 2020, p. 121).

Se de um lado o Sujeito da Filosofia Ocidental se constituiu como “um pressuposto metodológico irreduzível”, por outro, há um sujeito que é “oprimido, próximo de, senão idêntico, a si mesmo”, segundo Gayatri Spivak (2010, p. 56). É neste segundo nível que os sujeitos subalternos, incluindo as mulheres refugiadas e imigrantes, estão localizados(as) na dinâmica social, representando “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos

⁸ No original: “Accordingly, they experience a ‘double displacement – a physical displacement from the so-called home community and a symbolic and at times violent displacement from agency”.

modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 13-14).

O feminismo decolonial reconhece as mulheres como “sujeito social” que “luta, agora, por direitos fundamentais desvinculados de partidos ou ideologias”, diz Heloísa Buarque de Hollanda⁹ (2020, p. 12). A perspectiva desde o Sul Global possibilita formas diversas de resistência deslocadas do “feminismo eurocentrado e civilizacional” e mais próximas “das vozes dos diversos segmentos feministas interseccionais e das múltiplas configurações identitárias e da demanda por seus lugares de fala” (p. 12).

Por trabalhar com uma noção ampla de “racialização”, Françoise Vergès (2020) entende que cabe às mulheres em situação de refúgio o olhar do feminismo decolonial; na França, país de nascimento da autora, a palavra “decolonial” é usada no combate à xenofobia, na defesa de pessoas imigrantes, de seus descendentes, “das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das *queer*, das trans, das migrantes, das mulheres refugiadas e daquelas para quem o termo “mulher” designa uma posição social e política, não estritamente biológica (Vergès, 2020, p. 20).

Olhar para o fenômeno do refúgio marcando o recorte de gênero pela lente do feminismo decolonial é tentar superar a ideia de que mulheres refugiadas e imigrantes constituem uma massa indiferenciada de pessoas e é, também, uma forma de entender um fenômeno que atinge, principalmente, mulheres do Sul Global, colocadas em vulnerabilidade social, a partir de pensamentos que se originam, sobretudo, no próprio Sul Global. A vulnerabilidade, aliás, está no centro das teorias feministas decoloniais que buscam contribuir para a “luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência*” (Vergès, 2020, p. 35, grifos da autora).

Reconhecer as diferenças, desenvolver estratégias de resistência e alianças, além do reconhecimento da complexidade do fenômeno são possibilidades que emergem ao colocar lado a lado o feminismo decolonial e a situação de mulheres refugiadas e imigrantes. Os feminismos do Sul Global aparecem como uma importante ferramenta para tentar tirar as mulheres de um contexto de opressão, vulnerabilidade social e exclusão diante da sociedade de acolhida. E para Zygmunt Bauman, fazer isso pela via da narrativa é uma possibilidade.

Tal como a prova do pudim é comê-lo, a prova da conversa como caminho supremo para a compreensão mútua, o respeito recíproco e o acordo final (ainda que apenas

⁹ Pouco tempo antes de sua morte, em março de 2025, a autora passou a usar seu sobrenome materno, Heloísa Teixeira.

um acordo reduzido a ‘concordar em discordar’) está em entrar nesse processo e conduzi-lo tendo em vista negociar conjuntamente os obstáculos que tendem a aparecer no seu curso. Quaisquer que sejam eles, e independentemente de sua magnitude, a conversa continuará sendo o caminho supremo para um acordo e, assim, para uma convivência pacífica e mutuamente benéfica, colaborativa e solidária, simplesmente porque não têm concorrentes, nem, portanto, uma alternativa viável (Bauman, 2017, p. 114).

A metodologia de narrar entre nós, dessa forma, aprende com o feminismo decolonial e coloca a narrativa em primeiro plano para tentar melhor integrar as mulheres refugiadas e imigrantes ao país e acolhida.

4. NARRAR ENTRE NÓS COMO PROPOSTA METODOLÓGICA

As Histórias de Vida como método são privilegiadas quando o objetivo é conhecer os sujeitos subalternos ou as narrativas contra-hegemônicas, pois “essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade” (Pollak, 1989, p. 4). Mas falar de histórias de vida não é algo simples: é lidar com os obstáculos pessoais de quem viveu uma situação traumática, com o silêncio, com “los huecos y vacíos que se producen, lo que se puede y lo que no se puede decir, lo que tiene y no tiene sentido, tanto para quien lo cuenta como para quien escucha”, avalia Elizabeth Jelin (2002, p. 80).¹⁰

As narrativas de vida “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relatos factuais. Por definição, a história de vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência” (Pollak, 1989, p. 14). Neste trabalho, o foco não recai sobre a reprodução de histórias épicas que abordam “vidas exemplares”, que exaltam “o heroísmo” em narrativas “lineares que” mostram as “ascensões” das personagens “sem ambiguidades” (Seligmann Silva, 2013, p. 15), mas, sim, sobre o que as protagonistas da pesquisa entendem que é importante compartilhar e da forma como podem compartilhar. A busca é por entender o fenômeno do deslocamento e conhecer aquilo que mulheres em situação de refúgio e imigrantes entendem como fundamental para o processo de interação sociocultural.

A metodologia em questão é aberta à multiplicidade de narrativas, de vozes, de realidades e de tempos, já que são ancoradas na memória, que, por sua vez, não lida apenas

¹⁰ “Os ecos e vazios que se produzem, o que pode e o que não pode dizer, o que tem e o que não tem sentido, tanto para quem conta como para quem escuta (Jelin (2002, p. 80, tradução nossa).

com a narrativa linear (Pollak, 1989). Trabalhar com as Histórias de Vida, segundo Marie Christine Josso (2007, p. 3) é:

Colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida. Às constatações que questionam a representação convencional de uma identidade, que se poderia definir num dado momento graças à sua estabilidade conquistada, e que se desconstruiria pelo jogo dos deslocamentos sociais, pela evolução dos valores de referência e das referências socioculturais, junta-se a tomada de consciência de que a questão da identidade deve ser concebida como processo permanente de identificação ou de diferenciação, de definição de si mesmo, através da nossa identidade evolutiva, um dos sinais emergentes de fatores socioculturais visíveis da existencialidade.

Para Franco Ferrarotti (2007, p. 27), ao trabalhar com as Histórias de Vida é necessário, acima de tudo, a abertura ao outro e uma atitude de respeito e empatia diante dos sujeitos narrados. Foi pensando na forma mais aberta, respeitosa e empática de conhecer a trajetória de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes que surgiu a proposta de reunir o grupo em uma roda de conversas.

No contexto da pesquisa narrativa, as Rodas de Conversa são uma forma de coletar dados em que a pessoa pesquisadora está inserida como sujeito da pesquisa.

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nessa acepção, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar (Moura; Lima, 2014, p. 100).

Sendo assim, organizadas em uma roda de conversas, compartilhando de forma coletiva sobre suas experiências diante dos fenômenos do refúgio e da imigração, as protagonistas deste estudo praticam o ato de narrar entre nós. Durante os encontros, a pesquisadora tem como função a mediação-provocação da conversa, tentando quebrar as hierarquias que, normalmente, surgem em relações de pesquisa com sujeitos.

Para participar da oficina de narrar entre nós, quem conduz o debate precisa estar aberta ao conhecimento do Outro, entender que as narrativas de vida não cabem dentro do tempo linear e que elas não estão livres de contradições. O objetivo não é historicizar as narrativas, mas registrá-las para que possam guiar melhores estratégias de acolhimento quando da chegada a outro país. Essa postura é importante porque, ao pedir para que alguém pratique o ato de narrar entre nós, é necessário levar em consideração que a pessoa está diante, muitas vezes, de alguém desconhecido e que está pedindo algo que não é, necessariamente, natural ou espontâneo. “Uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou

quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse” (Pollak, 1989, p. 13).

Quando o ato de narrar entre nós emerge, é possível presenciar o surgimento de novos sentidos e significados para os fatos em uma atitude de cumplicidade, de identificação, numa situação em que “o sujeito é recolocado em cena, sendo valorizada a sua concepção de mundo e sua dimensão subjetiva” (Perazzo, 2015, p. 124).

Nas oficinas de narrar entre nós o que é valorizado é aquilo que as protagonistas do ato querem e podem compartilhar quando estão reunidas numa roda de conversas. Os assuntos que guiam os encontros também são sugeridos por elas, assim como a duração das reuniões. Como é de se esperar, alguns dias ouvimos mais silêncios e, em outros, a pluralidade de vozes.

Na produção simbólica apresentada a seguir, realizada em novembro de 2022 durante uma oficina de estamperia proposta pelo Projeto Cerzindo, os temas que emergiram da interação com a pesquisadora foram: a busca por trabalho; a relação com as pessoas da família; a necessidade de aprimorar o idioma para buscar a autonomia financeira; a discriminação contra pessoas em deslocamento; o desafio da vivência multicultural; e o conhecimento da cidade como exercício de cidadania.

5. ENTRE STENCILS E MEMÓRIAS¹¹

– Ah, você é jornalista? Então eu tenho muita coisa para te contar.

Essas foram as primeiras palavras que Olga falou ao saber que uma jornalista-pesquisadora-professora-Narradora acompanharia, durante uma semana, a oficina de estamperia da qual ela e mais quatro pessoas – duas bolivianas, duas brasileiras e um brasileiro – participavam.

– Você sabia que eu já fui capa da revista *Isto É?* Isso foi em 1998, logo que cheguei ao Brasil. Eu guardo até hoje essa revista. Um dia eu trago para você ver.

Foi que Olga disse, segundo consta em minhas anotações. Ah, permita-me com que me apresente: eu sou o Caderno de Campo, também conhecido como um bloquinho de anotações, que é o fiel escudeiro de jornalistas, antropólogos(as) e outras pessoas que praticam o ato presencial (Medina, 2016).

¹¹ Na narrativa que se segue, pratica-se o deslocamento do papel do(a) narrador(a) ou a criação de narradores(as) – uma proposta de escrita estimulada por Cremilda Medina (2003). Neste caso, são duas as personagens que compõem este texto: a Narradora (primeira voz) e o Caderno de Campo (segunda voz).

A disponibilidade para contar a história de uma relação de 25 anos, a de Olga com o Brasil, é total. Talvez essa atitude seja fruto de quem já se sente um pouco mais pertencente ao país de acolhida. Em outras oficinas que participei como Narradora, esse é um comportamento comum entre quem chegou ao Brasil há bastante tempo.

Apresentações feitas, o professor Camilo Bazzo retoma a dinâmica do curso de estamparia, que faz parte do projeto Cerzindo. Durante quase dez dias, constam em minhas anotações que o grupo vai conhecer técnicas de serigrafia, produzir “carimbos” para estampar tecidos, aplicar transfers e adquirir novas habilidades para, quem sabe, fazer da estamparia uma forma de ampliar a renda familiar. É esta a intenção de Olga ao frequentar as aulas que ocorrem no Centro de Integração e Cidadania do Imigrante (CIC do Imigrante) na Barra Funda, em São Paulo, entre os dias 21 e 30 de novembro de 2022.

Mas, como é comum nas oficinas de narrar entre nós, a fronteira entre público e privado é rompida e, como Narradora, percebo que, apesar do interesse, da boa vontade e da curiosidade de Olga diante das técnicas de estamparia que estava aprendendo – e do incentivo das colegas, do colega de oficina e do professor – dentro de casa a boliviana enfrentava um grande problema: a falta de estímulo do filho mais velho. E como é difícil deixar os problemas em casa, Olga escolhe compartilhar com a turma sobre essa situação.

Lembro-me de ter ficado espantado ao saber a respeito da resistência que Olga enfrentava dentro da própria casa para continuar seus estudos – eu, como um Caderno de Campo, não poderia ter outra reação. Em um determinado momento, ela disse assim: “ele dizia que eu não ia aprender nada. Que não adiantava nada eu fazer esse curso. Não entendo. Se ele sofreu tudo comigo, ele deveria ser diferente. Eu respondi para ele que ano que vem cada pessoa da casa vai ter o seu negócio e todo mundo vai ajudar a pagar o aluguel. Eu vou montar minha banquinha com as blusas que estou fazendo”.

Se para provar que o filho estava errado ou com o objetivo de melhorar de vida – ou por conta das duas coisas –, fato é que Olga anota as instruções da aula e o passo a passo de como desenvolver as técnicas apresentadas pelo professor. Aquelas anotações são uma forma de aprender também o português, segundo ela. A boliviana ainda não pode dizer que se sente à vontade com a língua portuguesa. E eu, no papel de Narradora nascida e criada no Brasil, não posso dizer que ela consegue, realmente, se comunicar com perfeição.

O problema é que, para uma pessoa que já tem dificuldades com a língua, ser mal compreendida no país de destino é algo que pode comprometer ainda mais o processo de acolhimento. Daí a necessidade urgente de oferecer cursos de português para quem chega ao

Brasil. Em uma das aulas, lembro que a Narradora reproduziu sobre mim uma fala de Olga. Ela dizia assim: “uma vez eu fui avisar uma pessoa de que a mão dela estava suja, mas falei em espanhol. Ela entendeu que eu estava sendo racista. Eu até evito falar em público para não ser mal interpretada. Não é que eu não queira papo, é que eu tenho receio. Quando eu passei pelo albergue da Liberdade, logo que cheguei ao Brasil, era o padre que falava por mim”.

Assim que Olga conta sua experiência, olho – enquanto Narradora-participante – para a reação da turma. A primeira iniciativa do grupo é tentar falar em espanhol – ou ainda um terceiro idioma, o “portunhol”. Mas, apesar da boa intenção do grupo, ela não dura muito. Logo o português volta a ser a língua principal da oficina e o idioma parece causar mais uma segregação: quando chega a hora do intervalo (o momento de tomar café, chá, comer biscoitos e sanduíches de atum) as duas únicas mulheres não brasileiras, Olga e Claudia – esta que participou de apenas um dia do curso – ficam separadas do restante da turma, conversando em espanhol.

Pelo que está anotado sobre minhas páginas de Caderno de Campo, as experiências de narrar entre nós revelam que aprender o idioma oficial do país é o primeiro obstáculo que precisa ser superado para a integração sociocultural de uma pessoa imigrante para que ela consiga emprego, estabeleça laços com a população, cuide da saúde... Aprendizado que, aliás, pode prevenir situações de xenofobia e racismo, como as relatadas por Olga.

Mesmo que o Brasil seja um país conhecido por sua aparente hospitalidade – Olga até chega a definir a população local como “gente fina” – o acolhimento às pessoas imigrantes e refugiadas é um grande desafio; desafio esse que pode ser percebido em pequenas situações do cotidiano. Ao reclamar que as oficinas do Projeto Cerzindo eram realizadas à tarde, um diálogo causa um silêncio ensurdecedor entre as pessoas participantes do curso – eu, Narradora, também faço parte do grupo que só conseguiu reagir por meio da ausência de palavras. A situação foi mais ou menos assim:

- Essa professora acha que todo mundo é estrangeiro e não trabalha.
- Eu sou estrangeira e trabalho.
- Sim. Ela é estrangeira. Cuidado com o que você fala.

A situação marca um dos poucos momentos em que a falante turma de estamaria se cala e sobra o silêncio de cada pessoa escrevendo sobre os seus cadernos de estudos – e a Narradora, até onde consigo ver, parece que escreve essa situação sobre as minhas páginas de Caderno de Campo sem respirar, de tão tensa. As aulas são frequentemente interrompidas pelo professor, que pede concentração às participantes e ao participante. Olga é uma das que

pede que a turma colabore, já que está ali para aprender.

Os pedidos do professor convidam a uma comparação por parte da turma. Como o meu papel é de Narradora, vou tentar reproduzir o caso da melhor forma possível:

- Aqui no Brasil os professores são muito bonzinhos. Na Bolívia não são assim não. Não pode conversar durante a aula.
- Mas aqui era assim também. Tinha palmatória e vários castigos para quem fizesse bagunça na classe.
- Na Bolívia continua assim até hoje.

As minhas anotações de Caderno de Campo me fazem lembrar que enquanto a oficina ocorria, o Brasil estava às voltas com as eleições para presidente da república. Tema que foi assunto nas aulas. Olga até disse assim:

- Eu não esqueço o FHC [Fernando Henrique Cardoso] porque ele me deu meu documento. Quando eu estava no albergue com meus três filhos, ele deu o meu documento que fez com que eu pudesse trabalhar e procurar emprego. Eu, Caderno de Campo, se estivesse no lugar de Olga, também não esqueceria quem contribuiu para me dar a oportunidade de começar de novo.

Deixe-me só acrescentar uma coisa, Caderno de Campo, o documento sobre o qual Olga fala foi a permissão que o ex-presidente assinou para regularizar a situação de quem estava no Brasil de forma irregular, até o dia sete de setembro de 1998. A permissão para viver no Brasil era de dois anos, o que poderia ser prorrogado de acordo com alguns fatores, entre eles o de quem requerer a anistia ter emprego fixo. A partir de 98, pessoas puderam tirar carteira de trabalho, abrir conta bancária e matricular as crianças nas escolas.

Além da concessão da anistia – agora permita, Narradora, uma contribuição do Caderno de Campo – FHC também criou, em outro decreto, o Conare (Comitê Nacional para os Refugiados); à época, o Brasil era o único país da América Latina a ter legislação própria para tratar do tema do refúgio. A estimativa era de que cerca de 100 mil pessoas de outros países viviam no Brasil de forma “ilegal”. A proposta da criação do órgão era de compartilhar com a sociedade informações sobre os processos de imigração e refúgio no Brasil, já que o próprio governo federal não fazia ideia de quantas pessoas viviam no país nessa condição.

Depois que os ânimos políticos se acalmaram, em outro dia de oficina, a turma dirigiu-se até uma máquina de *transfer* – um aparelho que imprime desenhos e fotografias em tecidos – e se deparou com um mural com a assinatura de várias pessoas que passaram pelo curso de estampa. Como Narradora, fiquei impressionada ao ver que mãos de tantos países,

como Brasil, Angola, Nigéria e Haiti passaram por ali.

Em um primeiro momento, achei que Olga se interessaria pela frase “Nosso mundo. Nossa casa”. Enquanto Caderno de Campo que conhece o mundo por meio das anotações de alguém que não vivenciou o refúgio, acabei achando que ela escolheria a opção mais óbvia... Mas, na verdade, o que se destacou foi o *transfer* em que estava escrito “Cezindo”. “Vou deixar esse aqui na parede do meu quarto, para mostrar e dizer que eu que fiz. Eu queria tanto aprender a fazer isso”, disse Olga.

Lendo minhas notas de pesquisadora-observadora-Narradora, acho que esse orgulho também tem a ver com a postura do filho de Olga em relação ao desejo de aprendizado da mãe. A relação de causa e efeito parece fazer sentido porque a turma endossa que ela faça a impressão do *transfer* em uma camisa e não dê para ele de presente. Só que para tocar seu projeto empreendedor adiante, ela precisaria comprar a matéria-prima.

Como Caderno de Campo, considero importante lembrar esse momento porque ele me fez pensar sobre a relação entre pessoas refugiadas e a cidade. Olga começa perguntando:

- Onde eu consigo comprar as coisas para fazer mais camisetas?
- Vende na Galeria do Rock.
- Não sei onde fica e sinto que eu, assim [aponta para a roupa], indo num lugar desses, ninguém vai me atender. É diferente de você que é loirinha.
- Fica no Centro, na 24 de Maio. É perto do Largo do Paisandú, do Teatro Municipal...
- Não sei onde é.

Uma das alunas mostra uma foto da Galeria do Rock no celular.

- Isso é lá? Como é bonito.
- Se você quiser, um dia a gente vai junto.

Após imprimir “cezindo” num pedaço de tecido, era chegada a penúltima etapa da oficina e meu penúltimo dia como Narradora naquela turma. O dia era dedicado ao aprendizado sobre a impressão de *stencils*. Fomos levados para a sala onde as impressões podem ser feitas. Lá, estavam exibidos alguns trabalhos que faziam referências à Bolívia. Na parede, palavras em espanhol, desenhos de trajes típicos bolivianos e uma bandeira coloriam o ambiente.

- Vocês sabiam que eu uso esse tipo de roupa aqui?

Ela aponta para um quadro com uma mulher boliviana, trajando sombrero, aguayo e polleras.

- E essa é a nossa bandeira oficial, a Whipala. Ela esteve esquecida por muito tempo. Sabe

quem recuperou ela? O Evo Morales. A bandeira representa as nossas terras. Ele mostrou o direito que nós temos como cidadãos na Bolívia. Fez autopistas, deu uma bolsa para cada pessoa da família que estudava... Se ele quiser roubar, ele pode porque ele merece.

Em diversos momentos da oficina de estamperia – e de narrar entre nós – eu, Caderno de Campo, tive a impressão de que Olga deixava transparecer certa angústia e tristeza diante de um episódio misterioso de sua vida. Em uma de suas últimas falas, a cortina que cobria o evento foi erguida. Ela contou que:

– Em 2009 eu fui roubada. Eu e meu ex-marido assinamos um contrato de compra e venda de um carro com um rapaz que morava perto de casa e ele disse que em cinco dias era para voltarmos para pegar o dinheiro. Eu voltei lá e a loja não existia mais. Quando encontrei com ele, ele disse que só negociava com meu marido. Ainda pagávamos o Carsystem [seguro para localizar carros], mas nunca foi recuperado. Aí tive que começar tudo de novo. Cheguei a pegar o ladrão pelo braço, mesmo ele me batendo, e levei-o até um policial para fazer um boletim de ocorrência. O policial o levou para um canto e não fez nada.

Essa não foi a primeira vez em que Olga precisou começar “tudo de novo”. Talvez esteja mais para um começar tudo de novo, de novo. Ao sair da Bolívia, ela precisou começar de novo; ao chegar no albergue na Liberdade, tudo de novo; ao sair do albergue, mais uma vez; e ao ficar sem o carro e sem o dinheiro, tudo novo, de novo. Minha postura de Narradora, que nunca vivenciou o fenômeno do refúgio, é de pensar: afinal, por que imigrar para um outro país se não pela necessidade – financeira, política, cultural, étnica, ambiental, de gênero ou até mesmo de sobrevivência – de começar tudo de novo?

6. CONSIDERAÇÕES

A pergunta que norteia esta pesquisa pode ser posta da seguinte forma: “o que emerge quando mulheres em situação de refúgio e imigração participam de oficinas de narrar entre nós?”. A resposta ao problema de pesquisa tem como intenção melhorar o processo de integração sociocultural do grupo ao país de acolhida. O resultado que encontramos é que a produção simbólica da protagonista deste estudo gira em torno da busca por trabalho; da relação com as pessoas da família; da necessidade de aprimorar o idioma para buscar a autonomia financeira; da discriminação contra pessoas em deslocamento; do desafio da vivência multicultural; e do conhecimento da cidade como exercício de cidadania.

Inicialmente, a pesquisa começou com a participação de duas mulheres imigrantes, Olga e Claudia, mas apenas uma delas concluiu o curso de estamparia. Como a relação com a turma já havia iniciado, e como Olga mostrou-se animada para compartilhar sobre seu processo de deslocamento, a escolha foi de continuar a acompanhar a oficina, mesmo que tivesse apenas uma participante imigrante. A escolha se deu por outros motivos também já que, ainda assim, seria possível conhecer os temas importantes para a integração sociocultural de uma mulher em deslocamento; também poderia ser observada a relação entre Olga e a população do país de acolhida; e, principalmente, porque este estudo tem a relação como base fundamental de abordagem, de modo que “abandonar” a oficina após a saída de Claudia daria a impressão que o acompanhamento da oficina tinha motivos utilitários e não de estabelecimento de relação entre pesquisadoras e protagonistas de pesquisa.

É claro que promover a oficina de narrar entre nós com apenas uma integrante imigrante tem seus limites empíricos, já que se pode correr o risco de “personalizar” a situação. Mas como a narrativa de Olga faz parte de um escopo maior, uma tese de doutorado em que mais de dez mulheres refugiadas e imigrantes praticaram o ato de narrar entre nós, acredita-se que seu relato foi muito importante para entender os temas que o grupo considera fundamentais para o processo de acolhida a um novo país.

Propor as oficinas de narrar entre nós é uma forma de tentar romper com a solidão de quem escolheu ou precisou deixar a casa em busca de sobrevivência ou de melhores condições de vida. A atividade também é uma possibilidade de colocar o grupo em comunhão, já que é frequente que pessoas que vem de outros países para o Brasil não participem de atividades de integração sociocultural. Outra contribuição do encontro é dar rosto, nome e história de vida para as pesquisas feitas com quem precisou deslocar-se; esses estudos, muitas vezes, seguem abordagem quantitativa, enquanto, aqui, o interesse é pela perspectiva qualitativa.

Falar sobre os sonhos, lembrar aquelas pessoas que ficaram para trás, compartilhar informações sobre o país de origem e expressar os principais desafios que mulheres em situação de refúgio vivem – mesmo aquelas que estão no país de acolhida há mais de 25 anos – é uma forma de tentar orientar-se diante do caos de sentidos que uma mudança tão grande significa – e este é o principal significado da narrativa. Narrar é uma forma de entendimento, avaliação e transformação da própria vida, para conhecer como a pessoa se transformou nela mesma ao longo dos anos.

A partir da relação de confiança que pode – sempre como possibilidade e nunca como garantia – ser construída entre participantes da oficina de narrar entre nós e a pessoa pesquisadora-mediadora, é possível levar suas vozes àquelas pessoas responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população refugiada e imigrante. Mas, para isso, é necessário colocar-se em um lugar de humildade e de reconhecimento de que quem vive determinada situação é a melhor pessoa para apontar os melhores caminhos de enfrentamento aos problemas.

É nesse sentido que a metodologia do narrar entre nós pode ser um caminho para conhecer as histórias de vida de mulheres em situação de refúgio e imigrantes: porque parte do reconhecimento das diferenças entre as experiências de refúgio e imigração, valoriza o corpo presente, prefere o diálogo à aplicação de questionários, faz com que as protagonistas da atividade ditem os rumos (duração e temática, por exemplo) dela e tenta romper hierarquias que, frequentemente, são colocadas entre pesquisador e participantes da pesquisa – que, aqui, preferimos chamar de protagonistas.

7. REFERÊNCIAS

- ACNUR. **Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil**. Brasil, 2019. 20 p. Disponível em <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2019-resumo-perfil-socioeconomico-refugiados.pdf>. Acesso em: 30 set. 2025.
- ACNUR. **Voices das pessoas refugiadas**. Brasil, 2020. 46 p. Disponível em https://www.acnur.org/br/sites/br/files/2025-01/2020-diagnosticos-participativos-acnur_0.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.
- ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. v. 7, 2017. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/>. Acesso em: 30 set. 2025.
- ACNUR. **Global Trends Report 2024**. Disponível em <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>. Acesso em: 30 set. 2025.
- BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Zahar, Rio de Janeiro, 2017.
- CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, HELOISA B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 195-204.
- FERRAROTTI, F. Las historias de vida como método. **Convergencia**, núm. 44, mayo-agosto 2007, pp. 15-40. Disponível em <https://convergencia.uaemex.mx/article/view/1365>. Acesso em: 30 set. 2025.

HADDAD, E. **The refugee in international society: between sovereigns.** Cambridge University Press, 2008.

HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 195-204.

JELÍN, E. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOSSO, M. C.. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. **Educação**, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a_tranfor2.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

JUNGER DA SILVA, G.; CAVALCANTI, L.; DE OLIVEIRA, A. T. R.. **Refúgio em Números 10ª Edição.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025. Disponível em https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2025/Ref%C3%BAgio_em_N%C3%BAmeros/Relato%CC%81rio_Refu%CC%81gio_em_Nu%CC%81meros_10%C2%AAedpdf.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

LISBOA, T. K.. Gênero e migrações – trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Urbana**, ano XIV, n. 26 e 27, 2006, p. 151-166. Disponível em <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39>. Acesso em: 20 set. 2025.

MIÑOSO, Y. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In.: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Pensamento feminista. Perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 96-119.

MEDINA, C. **Ato presencial, mistério e transformação.** São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MEDINA, C. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano.** São Paulo: Summus, 2003.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 30 set. 2025.

OSÓRIO VARGAS, R. H. O lugar da fala na pesquisa da reportagem: o Homem das Areias, um flagrante do diálogo oratura-escritura, 2003. **Tese de Doutorado**, São Paulo: ECA, USP.

PERAZZO, P. F. Narrativas orais de histórias de vida. **Comunicação & Inovação**, v. 16, n. 30, 2015. DOI: <https://doi.org/10.13037/ci.vol16n30.2754>.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-5, 1989. Disponível em

https://abpanet.org/wp-content/uploads/tainacan-items/922/3560/1989_michael_pollak_memo ria_esquecimento_silencio_ptbr.pdf. Acesso em: 30 set. 2025.

SELIGMANN-SILVA, M. Viver no feminino - Uma mais sete histórias de vida. In.: RAGO, M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Editora da UNICAMP, 2013.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Carolina Klautau

Docente do curso de Jornalismo na Universidade Anhembi-Morumbi. Doutora em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA-USP).



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional